

PARTE I - ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA)

01. Os direitos enunciados na Lei nº 8.069, de 13 de junho de 1990, aplicam-se a todas as crianças e adolescentes do país. Para efeito dessa lei, considera-se criança:

- (A) pessoa entre dois e oito anos.
- (B) pessoa até doze anos de idade incompletos.
- (C) pessoa até quatorze anos de idade.
- (D) pessoa entre doze e dezoito anos de idade incompletos.

02. As atribuições do Conselho Tutelar estão descritas no artigo 136 do Estatuto da Criança e Adolescente. Dessa forma, assinale a alternativa correta que trata de uma dessas atribuições.

- (A) Assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.
- (B) Requisitar certidões de nascimento e não de óbito de criança ou adolescente, quando necessário.
- (C) Requisitar serviços públicos exclusivos nas áreas de saúde e educação e propor a elaboração e a reforma da legislação estadual pertinente aos direitos da criança e do adolescente.
- (D) Encaminhar à Defensoria Pública notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente.

03. Assinale a alternativa correta quanto à autorização para viajar, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente.

- (A) Nenhuma criança ou adolescente menor de 14 (quatorze) anos poderá viajar para fora da comarca onde reside desacompanhado dos pais ou dos responsáveis sem expressa autorização judicial.
- (B) Nenhuma criança ou adolescente menor de 16 (dezesesseis) anos poderá viajar para fora da comarca onde reside desacompanhado dos pais ou dos responsáveis sem expressa autorização judicial.
- (C) A autorização não será exigida quando a criança ou o adolescente menor de 12 (doze) anos estiver acompanhado de pessoa maior, expressamente autorizada pelo pai, mãe ou responsável.
- (D) Quando se tratar de viagem ao exterior, a autorização é indispensável, mesmo se a criança ou adolescente estiver acompanhado de ambos os pais ou responsável.

04. Segundo o Estatuto da Criança e Adolescente a quem cabe assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária para as crianças e adolescentes no Brasil?

- (A) À família, à igreja e à comunidade.
- (B) Ao Estado, ao Sistema de Justiça e ao Sistema Socioeducativo.
- (C) À família, ao terceiro setor e à sociedade em geral.
- (D) À família, à comunidade, à sociedade em geral e ao poder público.

05. Assinale a alternativa correta conforme a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, quanto aos direitos fundamentais – Do direito à vida e à saúde.

- (A) A criança e o adolescente têm direito à proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.
- (B) Fica instituída a Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência, a ser realizada anualmente na semana que incluir o dia 1º de janeiro, com o objetivo de disseminar informações sobre medidas preventivas e educativas que contribuam para a redução da incidência da gravidez na adolescência.
- (C) O poder público, as instituições e os empregadores propiciarão condições adequadas ao aleitamento materno, exceto aos filhos de mães submetidas à medida privativa de liberdade.
- (D) Os casos de suspeita ou confirmação de castigo físico, de tratamento cruel ou degradante e de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Ministério Público e ao CREAS – Centro de Referência Especializado da Assistência Social.

06. Segundo a Lei nº 8.068, de 13 de julho de 1990, é considerado castigo físico:

- (A) tratamento cruel ou degradante de humilhação de crianças e adolescentes nas dinâmicas familiares.
- (B) ação de natureza corretiva marcada por ameaça grave, mas com a função educativa.
- (C) ação de natureza disciplinar ou punitiva aplicada com o uso da força física sobre a criança ou o adolescente que resulte em sofrimento físico ou lesão.
- (D) tratamento ou conduta cruel em relação à criança ou ao adolescente que o ridicularize perante os adultos.

07. Segundo o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), a gestante ou mãe que manifeste interesse em entregar seu filho para adoção, antes ou logo após o nascimento, será encaminhada:

- (A) ao conselho Tutelar.
- (B) à Justiça da Infância e da Juventude.
- (C) ao Centro de Referência Especializada da Assistência Social.
- (D) à Instituição de Acolhimento – Abrigo.

08. Quanto ao Direito à Convivência Familiar e Comunitária inscrito no Estatuto da Criança e Adolescente, a permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de:

- (A) 24 (vinte e quatro) meses, salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária.
- (B) 12 (doze) meses, salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária.
- (C) 36 (trinta e seis) meses, salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária.
- (D) 18 (dezoito) meses, salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária.

09. Assinale a alternativa correta, segundo o Estatuto da Criança e Adolescente, sobre aquilo que consiste em estabelecer e proporcionar à criança e ao adolescente vínculos externos à instituição, para fins de convivência familiar e comunitária, e colaboração com o seu desenvolvimento nos aspectos social, moral, físico, cognitivo, educacional e financeiro.

- (A) Família extensa.
- (B) Acolhimento institucional.
- (C) Apadrinhamento.
- (D) Adoção.

10. Qual a definição de família natural para a Lei nº 8.068, de 13 de julho de 1990?

- (A) Aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal.
- (B) Aquela que cumpre exclusivamente as funções de socialização primária e afetivo-emocionais de seus integrantes.
- (C) Aquela constituída após o divórcio ou separação responsável pela manutenção econômica de todos os membros.
- (D) Aquela comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes.

11. Assinale a alternativa correta de acordo com o Estatuto da Criança e Adolescente, ao que obriga a prestação de assistência material, moral e educacional à criança ou adolescente, conferindo a seu detentor o direito de opor-se a terceiros, inclusive aos pais.

- (A) Adoção.
- (B) Guarda.
- (C) Tutela.
- (D) Curatela.

12. Conforme o ECA, sobre a adoção, é correto afirmar que:

- (A) a adoção é medida excepcional e irrevogável, a qual se deve recorrer apenas quando esgotados os recursos de manutenção da criança ou adolescente na família natural ou extensa.
- (B) o adotando deve contar com, no máximo, vinte anos à data do pedido, salvo se já estiver sob a guarda ou tutela dos adotantes.
- (C) para adoção conjunta, é dispensável que os adotantes sejam casados civilmente, contudo que seja comprovada a estabilidade familiar.
- (D) é vedada a adoção por procuração, podendo adotar os ascendentes e os irmãos do adotando.

13. Conforme o ECA, no que se refere ao Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho, é proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de:

- (A) bolsista.
- (B) cotista.
- (C) extrema pobreza comprovada.
- (D) aprendiz.

14. Segundo o ECA, é(são) responsável(is) pelo planejamento e execução de programas de proteção e socioeducativos destinados a crianças e adolescentes:

- (A) Sistema Socioeducativo.
- (B) Instituições que formam a rede socioassistencial.
- (C) Entidade de atendimento.
- (D) Instituição para fins de convivência comunitária.

15. A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. Assinale a alternativa correta ao que corresponde a uma das linhas de ação da política de atendimento, conforme afirma o Estatuto da criança e do adolescente.

- (A) Políticas de caráter supletivo.
- (B) Políticas sociais básicas.
- (C) Políticas exclusivamente econômicas.
- (D) Políticas exclusivamente de direitos humanos.

16. Assinale a alternativa correta quanto a uma das medidas aplicáveis às entidades de atendimento governamental que descumpram as obrigações nos programas de internação.

- (A) Suspensão total ou parcial do repasse de verbas públicas.
- (B) Interdição de unidades ou suspensão de programa.
- (C) Cassação do registro.
- (D) Afastamento definitivo de seus dirigentes.

17. De acordo com o Estatuto da Criança e Adolescente, qual o instrumento de previsão, registro e gestão das atividades a ser desenvolvido com o adolescente, em programas de acolhimento institucional, sendo um dos propósitos garantir a reintegração familiar?

- (A) Plano Individual de Atendimento.
- (B) Anamnésia social.
- (C) Visitas domiciliares.
- (D) Estágio de Aprendiz.

18. Quanto ao processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, é correto afirmar que:

- (A) ocorrerá em data diferente em todo o território nacional a cada 4 (quatro) anos, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subseqüente ao da eleição presidencial.
- (B) é vedado ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor.
- (C) será estabelecido em lei estadual e realizado sob a responsabilidade do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, e a fiscalização do Ministério Público.
- (D) será estabelecido em lei municipal e fiscalizado pelo juiz eleitoral.

19. Quanto à prática do ato infracional, de acordo com a Lei nº 8.068, de 13 de julho de 1990, é correto afirmar.

- (A) São penalmente inimputáveis os menores de dezesseis anos, sujeitos às medidas previstas nessa lei.
- (B) A internação, antes da sentença, pode ser determinada pelo prazo máximo de sessenta dias.
- (C) Nenhum adolescente será privado de sua liberdade senão em flagrante de ato infracional ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente.
- (D) O adolescente civilmente identificado será submetido à identificação compulsória pelos órgãos policiais, de proteção e judiciais.

20. De acordo com o Estatuto da Criança e Adolescente, constitui medida privativa da liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento:

- (A) Advertência.
- (B) Regime de Semiliberdade.
- (C) Liberdade Assistida.
- (D) Internação.

PARTE II – LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL (LDB)

21. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9.394/96, estabelece os princípios que devem orientar o ensino. Dentre os itens abaixo, assinale aquele que **NÃO** diz respeito ao que consta na lei. Ou seja, marque a opção **INCORRETA**.

- (A) Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais.
- (B) Desvalorização do profissional da educação escolar.
- (C) Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber.
- (D) Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas.

22. De acordo com a LDB nº 9.394/96, artigo 22, que discorre sobre a finalidade da Educação Básica, é correto afirmar.

- (A) A Educação Básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.
- (B) A Educação Básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho, exclusivamente.
- (C) A Educação Básica tem por finalidades, apenas, desenvolver o educando e assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania.
- (D) A Educação Básica tem por finalidades, apenas, desenvolver o educando e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

23. De acordo com as disposições da LDB nº 9.394/96 sobre a primeira etapa da Educação Básica, marque a opção correta.

- (A) A Educação Infantil será oferecida em creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até dois anos de idade.
- (B) A Educação Infantil tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.
- (C) A Educação Infantil será oferecida em pré-escolas, para as crianças de 4 (quatro) a 6 (seis) anos de idade.
- (D) A Educação Infantil será organizada com carga horária mínima anual de 600 (seiscentas) horas, distribuída por um mínimo de 200 (duzentos) dias de trabalho educacional.

24. Sobre a seção da LDB nº 9.394/96 que versa sobre o Ensino Fundamental, segunda etapa da Educação Básica, é correto afirmar.

- (A) O Ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, inicia-se aos 7 (sete) anos de idade.
- (B) O Ensino Fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, inclusive nas comunidades indígenas, que não poderão utilizar suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.
- (C) O currículo do Ensino Fundamental não deve conter conteúdo que trate dos direitos das crianças e dos adolescentes.
- (D) O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de Ensino Fundamental.

25. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 define o que se entende sobre a Educação Especial. Acerca desta definição, marque a opção que representa, corretamente, o que está descrito na lei, artigo 58.

- (A) Entende-se por Educação Especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos, exclusivamente, com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento.
- (B) Entende-se por Educação Especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos, apenas, com altas habilidades ou superdotação.
- (C) Entende-se por Educação Especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.
- (D) Entende-se por Educação Especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida em centros especializados, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

PARTE III – LEI ORGÂNICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (LOAS)

26. De acordo com a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) - Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, a gestão das ações na área de assistência social fica organizada sob a forma de sistema descentralizado e participativo, denominado:

- (A) Sistema Único da Seguridade Social.
- (B) Sistema Não Contributivo de Assistência Social.
- (C) Sistema Único de Assistência Social.
- (D) Sistema da Proteção Social Primária e Secundária.

27. De acordo com a Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, a assistência social organiza-se pelos seguintes tipos de proteção:

- (A) proteção primária, secundária e terciária.
- (B) proteção eventual e proteção continuada.
- (C) proteção social e proteção econômica.
- (D) proteção social básica e proteção social especial.

28. De acordo com a Lei Orgânica da Assistência Social, assinale a alternativa correta quanto ao serviço que integra a proteção social especial e consiste no apoio, orientação e acompanhamento a famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos, articulando os serviços socioassistenciais com as diversas políticas públicas e com órgãos do sistema de garantia de direitos.

- (A) Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI).
- (B) Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI).
- (C) Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF).
- (D) Serviço de Proteção a Primeira Infância (Criança Feliz).

29. Segundo a Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, as crianças e os adolescentes em situação de trabalho deverão ser identificados e ter os seus dados inseridos no:

- (A) Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico).
- (B) Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE).
- (C) Sistema de Cadastro de Entidades Socioassistencial.
- (D) Sistema Informativo do Conselho Tutelar.

30. Conforme a Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, é garantido um salário mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção, nem de tê-la provida por sua família. Assinale a alternativa correta quanto a esse benefício, serviço, programa ou projeto de Assistência Social.

- (A) Benefício eventual.
- (B) Programa Bolsa Família.
- (C) Benefício de Prestação Continuada.
- (D) Programa de Revisão de Benefícios por Incapacidade.

PARTE IV – REGIME JURÍDICO DOS CONSELHEIROS TUTELARES DE FORTALEZA

31. Marque a opção que apresenta as hipóteses de vacância do cargo de conselheiro tutelar, de acordo com a Lei Municipal nº 9.843/2011:

- (A) renúncia; nomeação em outro cargo, emprego ou função pública incompatível com a função de conselheiro tutelar; destituição; falecimento.
- (B) renúncia; licença para tratamento de saúde; destituição; falecimento.
- (C) renúncia; posse em outro cargo, emprego ou função pública incompatível com a função de conselheiro tutelar; aposentadoria; falecimento.
- (D) renúncia; posse em outro cargo, emprego ou função pública incompatível com a função de conselheiro tutelar; destituição; falecimento.

32. Assinale a opção correta.

- (A) O servidor público licenciado para exercício de mandato de conselheiro tutelar acumulará a remuneração de seu cargo de origem com a de seu novo cargo.
- (B) Aplica-se ao servidor licenciado para o exercício de mandato de conselheiro tutelar a Licença Prêmio prevista para os servidores municipais, em virtude da compatibilidade daquela com a função pública exercida no Conselho Tutelar.
- (C) É vedada a acumulação da função de conselheiro tutelar com cargo, emprego ou outra função remunerada.
- (D) Os conselheiros tutelares, em decorrência das peculiaridades de suas funções especiais, no decorrer de seu mandato, terão assegurados os mesmos direitos e benefícios garantidos aos ocupantes de cargos efetivos do Município, previstos na Lei Municipal nº 6.794/90.

33. Marque a opção que não revela um requisito legal para candidatar-se a um mandato de membro do COMDICA.

- (A) Residir e ter domicílio eleitoral no Município de Fortaleza há mais de 1 (um) ano.
- (B) Comprovar experiência profissional ou em regime de voluntariado de no mínimo 3 (três) anos em trabalho direto na área da criança, do adolescente e família, nos últimos 5 (cinco) anos anteriores ao pleito, mediante documento contendo as atribuições desenvolvidas.
- (C) Apresentar, no momento da inscrição, certificado de conclusão de curso equivalente ao ensino médio.
- (D) Idade igual ou superior a 21 (vinte e um) anos.

34. Abordando a temática que envolve o Processo Administrativo Disciplinar, aponte a alternativa **INCORRETA**.

- (A) A Comissão Disciplinar poderá determinar, de acordo com a gravidade do caso, o afastamento cautelar do acusado, com prejuízo de sua remuneração, com a imediata convocação de seu suplente.
- (B) O processo disciplinar deve ser concluído em 90 (noventa) dias após sua instauração, salvo impedimento justificado.
- (C) O processo administrativo disciplinar será instaurado perante a Comissão Disciplinar, mediante requisição do representante do Ministério Público, representação de conselheiro Membro do COMDICA ou do Conselho Tutelar, ou requerimento de qualquer cidadão.
- (D) Resultando o julgamento em condenação com pena de destituição, os autos serão encaminhados ao Presidente do COMDICA.

35. Levando-se em conta o rol de deveres do conselheiro tutelar, marque a opção que contém a indicação correta.

- (A) Atender com presteza ao público em geral, prestando quaisquer informações requeridas, sem ressalvas.
- (B) Guardar estrita observância ao Regimento Interno do Conselho Tutelar, exclusivamente.
- (C) Guardar sigilo em relação às informações confidenciais apresentadas aos Conselhos Tutelares, desde que solicitado pela parte interessada.
- (D) Manter conduta compatível com a exigência de reconhecida idoneidade moral.

36. Assinale o item que apresenta a informação correta.

- (A) Nenhum conselheiro tutelar escalado para o plantão poderá deixar de comparecer ao serviço, salvo se previamente autorizado, a critério do COMDICA.
- (B) Serão consideradas como de efetivo serviço as atividades externas referentes à formação e à participação dos membros do Conselho Tutelar em cursos de graduação e pós-graduação, desde que relacionados com a seara da infância e da juventude.
- (C) Para justificação das faltas, deverão ser exigidas, obrigatoriamente, provas do motivo alegado pelo conselheiro tutelar.
- (D) O conselheiro que faltar ao serviço fica obrigado a justificar a falta, por escrito, ao órgão ao qual o Conselho Tutelar for vinculado administrativamente, no primeiro dia em que comparecer ao trabalho.

37. Dadas as opções abaixo, identifique a que contém a hipótese correta a respeito da perda de mandato de conselheiro tutelar.

- (A) Utilizar-se do Conselho Tutelar para finalidade diversa da estabelecida em Lei.
- (B) Romper sigilo em relação aos casos analisados pelo Conselho Tutelar que integre.
- (C) Valer-se da função para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública.
- (D) Deixar de aplicar medida de proteção, contrariando a decisão colegiada do Conselho Tutelar.

38. Com relação às responsabilidades do conselheiro tutelar, assinale o item **INCORRETO**.

- (A) A responsabilidade civil decorre de ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposo, que acarrete a violação de interesses difusos, coletivos ou individuais homogêneos de crianças ou adolescentes, ou que resulte prejuízo ao erário público ou a terceiros.
- (B) A responsabilidade civil ou administrativa do conselheiro não será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria.
- (C) Tratando-se de atos comissivos ou omissivos que acarretem a violação de interesses difusos, coletivos ou individuais homogêneos, de crianças e adolescentes, o Ministério Público, instituição competente para efetivar o controle externo da atuação do Conselho Tutelar, poderá representar pelo afastamento provisório ou pela destituição do conselheiro tutelar responsável.
- (D) As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si.

39. Tendo-se por base a disciplina legal acerca das penalidades aplicáveis aos conselheiros tutelares, marque a opção correta.

- (A) A suspensão será remunerada e poderá ser aplicada em caso de reincidência nas faltas punidas com advertência e de violação das demais proibições que não tipifiquem infração sujeita à penalidade de destituição, não podendo, nesses casos, ser por período inferior a 30 (trinta) nem superior a 90 (noventa) dias.
- (B) A penalidade disciplinar de destituição da função de conselheiro tutelar será aplicada pelo Presidente do COMDICA.
- (C) As penalidades de advertência e de suspensão terão seus registros cancelados após o término do mandato.
- (D) A abertura de sindicância ou a instauração de processo disciplinar não interrompe a prescrição.

40. A respeito da Comissão Disciplinar do COMDICA, identifique o item **INCORRETO**.

- (A) A sindicância administrativa instaurada pela Comissão Disciplinar correrá em sigilo, tendo acesso aos autos somente as partes e seus procuradores constituídos.
- (B) A função de membro da Comissão Disciplinar é considerada de interesse público e não será remunerada.
- (C) As decisões da Comissão Disciplinar serão tomadas por maioria absoluta de seus membros.
- (D) Presidirá a Comissão Disciplinar o Presidente do COMDICA.

POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DA CRIANÇA

41. Marque a alternativa que apresenta princípios orientadores da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (PNAISC).

- (A) Direito à vida e à saúde; Acesso universal à saúde; Integralidade do cuidado.
- (B) Direito à redistribuição de renda; Atendimento médico; Ambiente facilitador à vida.
- (C) Prioridade absoluta da criança; Descentralização dos serviços de saúde; Acesso à escola.
- (D) Descentralização político-administrativa; Participação Social; Direito à alimentação.

42. São eixos estratégicos da PNAISC, o que consta em:

- I. atenção humanizada e qualificada à gestação, ao parto, ao nascimento e ao recém-nascido.
- II. aleitamento materno e alimentação complementar saudável.
- III. promoção e acompanhamento do crescimento e do desenvolvimento integral.
- IV. atenção integral às crianças com agravos prevalentes na infância e com doenças crônicas.
- V. atenção integral à criança em situação de violências, prevenção de acidentes e promoção da cultura de paz.
- VI. atenção à saúde de crianças com deficiência ou em situações específicas e de vulnerabilidade.
- VII. vigilância e prevenção do óbito infantil, fetal e materno.

Podemos afirmar que são corretos os itens:

- (A) I, II, III, V e VII, somente.
- (B) I, II, IV e VII, somente.
- (C) I, II, III, IV, V, VI e VII.
- (D) IV, V, VI e VII, somente.

43. De acordo com o artigo 15, do Anexo X, da Portaria de Consolidação nº 2/2017, quanto à Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança, é competência do Ministério da Saúde:

- (A) articular e apoiar a implementação da PNAISC, em âmbito federal, o alinhamento das ações e serviços de saúde da criança no Plano Nacional de Saúde, considerando as prioridades do governo federal.
- (B) desenvolver ações de mobilização social, informação, educação, comunicação, visando à divulgação da PNAISC e à implementação das ações de atenção integral à saúde da criança.
- (C) prestar assessoria técnica e apoio institucional aos órgãos federais no processo de implementação de atenção integral à saúde da criança nos hospitais federais.
- (D) fomentar a qualificação dos hospitais federais, visando à promoção da saúde infantil, bem como a atenção à saúde de qualidade.

44. De acordo com o Artigo 17, do Anexo X, da Portaria de Consolidação nº 2/2017, quanto à Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança, são competências das Secretarias de Saúde dos municípios, **EXCETO**:

- (A) implantar/implementar a PNAISC, no âmbito do seu território, respeitando suas diretrizes e promovendo as adequações necessárias, de acordo com o perfil epidemiológico e as prioridades e especificidades locais e articular o alinhamento das ações e serviços de saúde da criança no Plano Municipal de Saúde e no Planejamento Regional.
- (B) promover a capacitação e educação permanente dos profissionais de saúde, se necessário em parceria com instituições de ensino e pesquisa, para a atenção integral à saúde da criança no âmbito municipal, no que couber.
- (C) monitorar e avaliar os indicadores e as metas estaduais relativas à saúde da criança, estabelecidas no Plano Estadual de Saúde e em outros instrumentos de gestão e no Planejamento e alimentar os sistemas de informação da saúde, de forma contínua, com dados produzidos no sistema estadual de saúde.
- (D) promover articulação intersetorial e interinstitucional com os diversos setores e instituições governamentais e não governamentais, com organismos internacionais, envolvidos com a saúde da criança, em busca de parcerias que favoreçam a implementação da PNAISC.

45. De acordo com o Artigo 18, do Anexo X, da Portaria de Consolidação nº 2/2017, o financiamento da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança é de responsabilidade:

- (A) federal, de acordo com pactuação nas instâncias colegiadas de gestão do SUS.
- (B) bipartite (Estados e municípios), de acordo com pactuação nas instâncias colegiadas de gestão do SUS.
- (C) tripartite, de acordo com pactuação nas instâncias colegiadas de gestão do SUS.
- (D) municipal, de acordo com pactuação nas instâncias colegiadas de gestão do SUS.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

46. Suponha que você utiliza uma planilha em papel e caneta para manter seu orçamento domiciliar. Qual tipo de programa (software) poderia ser utilizado para manipular seu orçamento em um computador (realizar somas, subtrações, multiplicações sobre os dados armazenados)?

- (A) Um programa de e-mail, como o Gmail.
- (B) Um programa de planilha eletrônica, como o Microsoft Excel.
- (C) Um programa de áudio, que pode tocar arquivos de músicas.
- (D) Um programa de vídeo, que pode tocar arquivos de vídeos.

47. A internet trouxe à nossa disposição uma enorme quantidade de informações. Uma das formas mais básicas para encontrar o que se procura, de maneira geral, é realizar uma pesquisa em um site de busca. Um dos mais utilizados para esse fim é o:

- (A) Google.
- (B) Microsoft.
- (C) Linux.
- (D) Planalto.

48. Os computadores são extremamente úteis para escrita de documentos como ofícios, memorandos e correspondências. Nesses casos, os usuários de computadores, em geral, fazem uso de um programa (software), conhecido como:

- (A) editor de planilhas, como Microsoft Excel.
- (B) editor de gráficos vetoriais, como o Corew Draw.
- (C) editor de imagens, como o Adobe Photoshop.
- (D) editor de texto, como o Microsoft Word.

49. A transferência de dados entre computadores pode se dar de diversas formas, como o envio de arquivos por e-mail através da internet. Porém, quando não dispomos de uma rede de computadores, podemos utilizar dispositivos físicos de armazenamento. Alguns dos mais utilizados atualmente para esses fins são:

- (A) disquete e fita cassete.
- (B) pendrive e HD externo.
- (C) impressora e Scanner.
- (D) mouse e teclado.

50. Quando precisamos de um documento físico (em papel), armazenado em um computador (para enviar por e-mail, por exemplo), devemos utilizar um dispositivo de entrada específico para esse fim, que é(são):

- (A) monitor.
- (B) caixas de som USB.
- (C) scanner.
- (D) leitor de código de barras.

REDAÇÃO

Com base na leitura dos textos motivadores, que NÃO poderão ser parcial ou totalmente transcritos, e nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, escreva um texto dissertativo-argumentativo, em prosa e com base na norma culta da língua portuguesa, acerca desta questão: **Como é possível tornar a participação das crianças e dos adolescentes mais efetiva nas ações do COMDICA, levando-se em conta o tripé ALUNO, ESCOLA e FAMÍLIA?**

A sua produção textual deve ter o limite mínimo de 20 (vinte) linhas e o máximo de 30 (trinta) linhas.

TEXTO MOTIVADOR 1

“A ideia é que as crianças e jovens da própria comunidade possam assumir, hoje, os assentos do Comdica e, com isso, possamos entender, através do olhar deles, que tipo de cidade é essa que deve se preparar para promover a felicidade delas. O objetivo é que elas possam falar por si mesmas, entender onde estão as falhas, os problemas e quais são as expectativas e os sonhos para a Capital e como Fortaleza deve se preparar para dar mais acolhimento e trazer mais felicidades às suas crianças e adolescentes”, afirmou Roberto Cláudio.

<https://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/prefeitura-estimula-protagonismo-juvenil-dentro-das-acoes-do-conselho-municipal-da-crianca-e-do-adolescente>
(acesso em 29.04.2019)

TEXTO MOTIVADOR 2

“Art. 16. O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos: I – ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais; II – opinião e expressão; III – crença e culto religioso; IV – brincar, praticar esportes e divertir-se; V – participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação; VI – participar da vida política, na forma da lei; VII – buscar refúgio, auxílio e orientação.”

http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/534718/eca_1ed.pdf (acesso em 29.04.19)

TEXTO MOTIVADOR 3

É no ambiente escolar que se inicia o processo de aprendizagem e construção de círculos sociais na vida dos jovens e adolescentes. O jovem começa a entender a realidade da sociedade, alguns problemas sociais, a encarar o preconceito (racial e social), envolvimento com drogas, marginalidade, dentre outros.

A escola em conjunto com as famílias possui interferência direta em meio a todos esses conflitos que em muitas das vezes são vivenciados no ambiente escolar.

É nesse cenário que as instituições de ensino, sejam elas privadas ou públicas, do primário ao ensino universitário, devem se atentar para essas questões e ajudar os jovens a enfrentar todos esses conflitos com soluções éticas e de respeito ao próximo.

Preparo do Jovem

É na escola que o jovem inicia seus círculos sociais e o papel dos orientadores ou professores é ensinar e preparar o jovem para situações adversas diariamente. Muitas escolas atualmente têm aprofundado no preparo da criança e do jovem para a vida adulta, como ingressar no mercado de trabalho e entender o real valor do caminho dos estudos.

Há a implementação de programas que ajudam os jovens a desenvolver habilidades para o convívio em sociedade. Esses programas consistem também na ajuda e prevenção contra o uso de drogas e a marginalidade já que o número de jovens que iniciam uma vida criminosa no Brasil antes de completar os 18 anos vem se tornando cada vez mais preocupante e difícil de contornar.

[...]

Conexão com a sociedade

É mais do que comprovado o poder de influência de comportamentos e exemplos durante a formação de uma criança e adolescente. Todo o círculo social em volta desses jovens acaba servindo de referência para as ações em seu dia a dia.

Ao analisar o contexto em que a sociedade vive hoje, diariamente pessoas são bombardeadas de ações irracionais, generalizadas, extremistas e de falta de respeito ao próximo. São muitos os cenários em que essas situações acontecem: trânsito, transporte público, estádios de futebol, manifestações, conflitos familiares, políticos e religiosos que ocorrem simultaneamente em diversas regiões do mundo.

Nem sempre as campanhas de conscientização conseguem impactar e reverter na prática esse contexto. É quando se faz necessário reforço nos ambientes escolares para instruir e acompanhar os jovens no seu desenvolvimento como cidadão.

<https://www.polimig.com.br/post/jovens-na-sociedade-o-papel-fundamental-da-escola-no-preparo-da-juventude/16>

